

Lei cria funções de confiança e extingue cargos em comissão na Polícia Federal

Congresso promulga transformação de 281 cargos em comissão em 344 funções comissionadas, além de estabelecer 516 funções novas. No Executivo, clima segue quente

Já está em vigor a Lei 14.003/2020, que transforma cargos comissionados do Poder Executivo em funções comissionadas destinadas à Polícia Federal (PF). A lei é oriunda da Medida Provisória (MP) 918/2020, editada em janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro. Aprovado sem alterações por deputados e senadores, o texto foi promulgado pelo Congresso Nacional sem a necessidade de sanção presidencial.

O texto foi aprovada pelos deputados em 21 de maio e pelos senadores no dia 25 do mesmo mês, e a corrida para aprovação da MP se deu principalmente para garantir sua vigência antes da sanção do auxílio financeiro a estados e municípios contra a pandemia da Covid-19 (Lei Complementar 173/2020). O prazo para a sanção do auxílio se encerrava no dia 27 de maio e condicionava a destinação de recursos para os entes federativos à proibição da criação de funções no serviço público que impliquem aumento de despesa, como é o caso da MP 918.

A medida transforma 281 cargos em comissão em 344 funções comissionadas, além de criar 516 funções novas na PF. Se ela não tivesse sido aprovada pelo Congresso antes da sanção do auxílio emergencial, não teria sido possível criar as funções na Polícia Federal.

Segundo o governo, a matéria terá impacto estimado de R\$ 7,9 milhões por ano, mas é necessária para fortalecer a Polícia Federal com a remuneração dos cargos de chefia. O relator da medida no Senado, senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), explicou que esse custo não precisará de um novo aporte em 2020, porque os recursos virão do orçamento já reservado para a própria Polícia Federal.

Durante a votação da matéria no Senado, Marcos do Val defendeu a aprovação sob o argumento de que a medida iria fortalecer a estrutura das delegacias da PF, inclusive as do interior. Isso porque as funções comissionadas seriam destinadas para as tarefas regionalizadas da corporação, como os serviços de imigração e a emissão de passaportes.

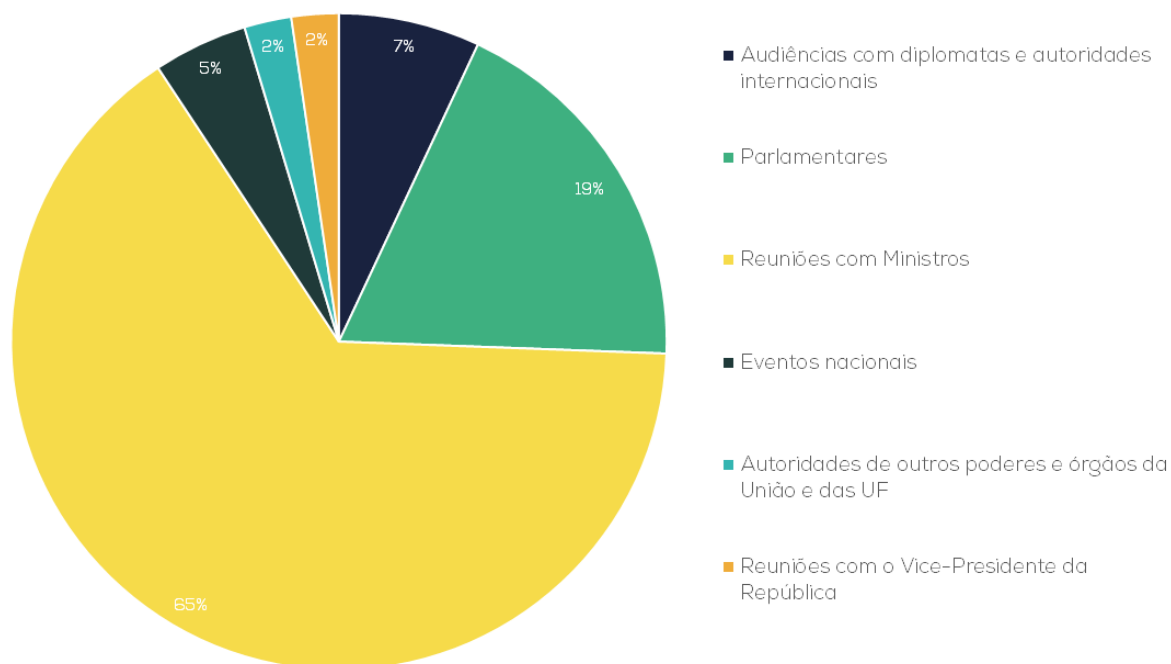
No Senado, a medida recebeu apenas um voto contrário, do senador Cid Gomes (PDT/CE). Apesar de ressaltar a importância da PF, o senador argumentou que esse tema não tinha urgência para ser tratado em uma MP, e criticou o que chamou de “banalização das medidas provisórias”.

Executivo

Na semana passada a temperatura política continuou alta. O presidente Jair Bolsonaro se reuniu com diversos ministros de Estado e, diferentemente dos últimos meses, também abriu sua agenda para encontrar parlamentares da base aliada. Ele recebeu os deputados federais Vitor Hugo (PSL/GO), Filipe Barros (PSL/PR), Gutemberg Reis (MDB/RJ) e Bia Kicis (PSL-DF).

O vice-presidente Hamilton Mourão participou de videoconferências com [Instituto de Estudos Empresariais \(IEE\)](#), o [Bradesco BBI](#), a [Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura](#) e o [Instituto Arapyáú](#). Também recebeu o embaixador Ignacio Ybáñez, chefe da Delegação da União Europeia no Brasil, e o embaixador da Espanha Fernando García Casas. Mourão também participou de uma reunião conjunta com o embaixador da Alemanha, George Witschel, o embaixador da Noruega, Nils Martin Gunneng, e Gustavo Montezano, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Além desses compromissos, Mourão também encontrou com os deputados federais Daniel Silveira (PSL/RJ), Ronaldo Santini (PTB/RS), Nicoletti (PSL/RR) e com o senador Zequinha Marinho (PSC/PA), além do senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) e do deputado estadual Douglas Garcia (PSL/SP).

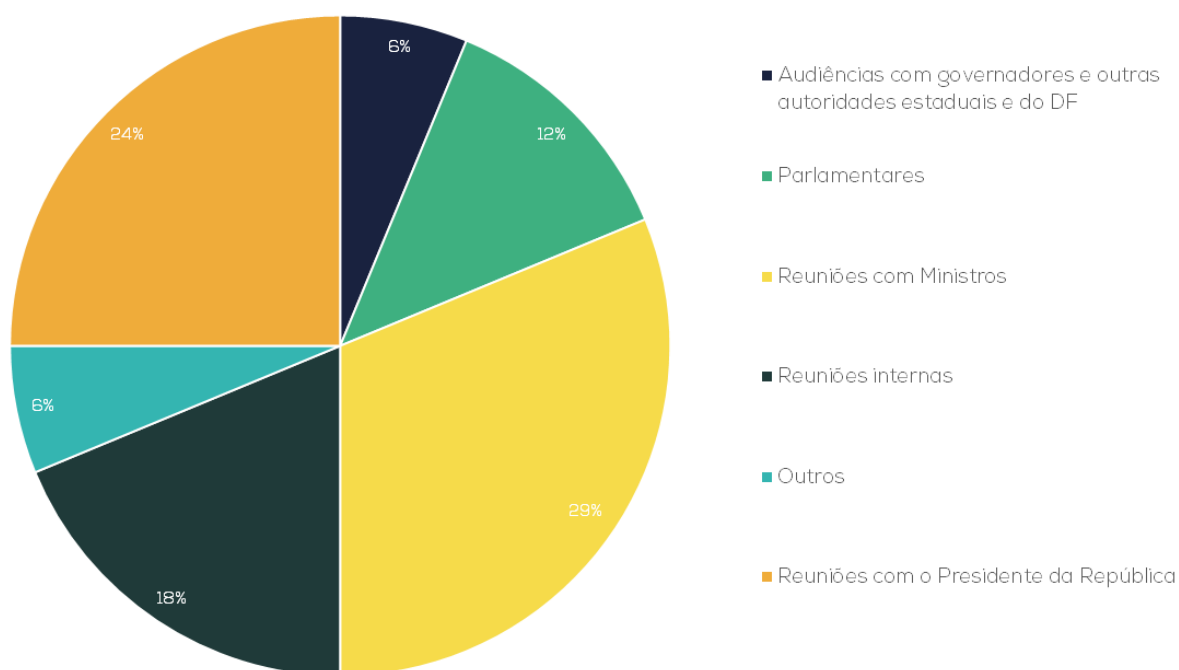
Agenda oficial do Presidente da República, entre 25/05 e 31/05



Já o ministro da Justiça e Segurança Pública continuou com uma agenda típica de Advogado Geral da União, cargo que ocupava antes de ser convidado para o lugar de Sérgio Moro na Esplanada dos Ministérios. André Mendonça se reuniu seis vezes com o Ppresidente Bolsonaro somente na semana passada. Nessas ocasiões, ele estava acompanhado do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Jorge de Oliveira, e do Advogado Geral da União, José Levi Mello do Amaral Júnior. No Ministério da Justiça, Gonçalves se dedicou aos despachos internos.

A nova Diretora Geral do DEPEN, Tania Fogaça, participou do Fórum Permanentes dos Juízes Corregedores. Fogaça também se reuniu com a Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública. Ainda não foi nomeado um novo Secretário Nacional de Segurança Pública.

Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 25/05 e 31/05



O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as agendas listadas abaixo. Agora, você também pode consultá-las de forma interativa no menu superior "[Agenda](#)".

- *Presidente da República;*

- *Vice-presidente da República;*
- *Ministro da Casa Civil;*
- *Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;*
- *Ministro da Secretaria de Governo;*
- *Ministro da Justiça e Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-6tueq-azrss-9bjb7-5pvpb-ce2kt-m25s7-ekv3y-6smpb-7xchf>

